

O recorte de gênero, afetos e possibilidades para Economia Política da Comunicação

The gender perspective, affects and possibilities for the Political Economy of Communication

CHALINI TORQUATO

Professora adjunta da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) e permanente no Programa Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC/UFF). Doutora em Comunicação pelo PósCom/UFBA. chalini.torquato@eco.ufrj.br

RESUMO

Na esteira de processos pós-modernos, é possível perceber o efeito cumulativo do tensionamento que tem sido colocado sobre temas como gênero, raça e colonialidade. Tais debates são o foco de discussão do presente artigo, especialmente no que toca temas relacionados a estruturas patriarcais modeladas ao sistema de acumulação, e as subjetividades mobilizadas no campo dos afetos para a negociação do trabalho na esfera privada e familiar. O objetivo aqui é avançar em pontes de debates entre a EPC e tais fenômenos, contribuindo para interlocuções teóricas e da práxis acadêmica. Para isso, é realizado levantamento bibliográfico focado essencialmente nas contribuições de pesquisadoras feministas, negras e decoloniais.

Palavras-chave: gênero, EPC, decolonialidade, afetos

ABSTRACT

As part of postmodern processes, it is possible to perceive the cumulative effect of the tension that has been placed on topics such as gender, race and coloniality. Such debates are the focus of discussion in this article, especially regarding themes related to patriarchal structures modelled on the accumulation system, and the subjectivities mobilized in the field of affections for the negotiation of work in the private and family sphere. The objective here is to advance bridges of debate between EPC and such phenomena, contributing to theoretical dialogues and academic praxis. To this end, a bibliographical survey was carried out focusing essentially on the contributions of feminist, black and decolonial researchers.

Keywords: *gender, EPC, decoloniality, affects*

INTRODUÇÃO

Na última década foi possível observar um crescimento exponencial de produções culturais abordando temas da diversidade e identidades não-normativas. Na esteira de processos pós-modernos, que não são exatamente novidade (HALL, 2019; HARVEY, 2012), é possível perceber, portanto, o efeito cumulativo do tensionamento que tem sido colocado sobre as diversas esferas sociais, políticas e institucionais, e também nas produções da indústria midiática para cada vez mais ser sensível a temas como gênero, raça e colonialidade. Na área acadêmica brasileira, esse movimento tem ocorrido também paralelo ao crescimento da população estudantil negra, favorecido pelos anos de cota de acesso, refletindo no aumento de demanda por bibliografias mais adequadas a fenômenos concernentes à sua realidade.

Em diversas áreas acadêmicas, contudo, assiste-se ainda uma resistência em complexificar a percepção de fenômenos sociais relativos à grupos marginalizados específicos, especialmente nos âmbitos teóricos mais adeptos à priorização da categoria "classe". No caso da Economia Política da Comunicação (EPC), vertente acadêmica dedicada ao estudo da distribuição de produtos culturais e da comunicação, relações de poder e desigualdades estruturais envolvidas em seus processos (WASKO, 2006), esse diálogo não chega a ser recente, mas vem se alargando nos últimos anos, como se pode exemplificar pela publicação de pesquisas focadas em gênero (BAHIA et. al, 2020; TORQUATO, 2021) e raça (LOPES; MELO, 2021), por exemplo, e pela criação do GT 8 Estudos críticos sobre identidade, gênero e raça na União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (Ulepic) em 2020.

Os debates de gênero, e sua interlocução com fenômenos de raça e decolonialidade, são o foco de discussão do presente artigo, especialmente no que toca temas relacionados a estruturas patriarcais modeladas ao sistema de acumulação, e as subjetividades mobilizadas no campo dos afetos para a negociação do trabalho na esfera privada e familiar. O objetivo aqui é avançar em pontes entre a área e tais fenômenos, ainda pouco debatidos no âmbito da EPC, contribuindo para interlocuções teóricas e da *práxis* acadêmica. Para isso, é realizado levantamento bibliográfico focado essencialmente nas contribuições de pesquisadoras feministas, negras e decoloniais e sua percepção de fenômenos de gênero dentro do sistema capitalista.

Num primeiro momento, parte-se de uma perspectiva histórica para entender a importância da categoria gênero na complexificação dos debates de classe para avançar na compreensão das opressões específicas operadas sobre a mão-de-obra feminina, oferecida gratuitamente aos homens, em troca de sustentação econômica e como isso ainda perdura em valores que atravessam existências femininas. Em seguida, discorre-se sobre o controle e a posse sobre o corpo, a reprodução e a sexualidade feminina, e seu condicionamento a estrutura matrimonial,

gradativamente associada ao amor romântico e ao casamento idealizado. A discussão é ainda alargada na interseccionalidade com raça e decolonialidade, questionando a instrumentalização de afetos de corpos marginalizados para a comodidade de sujeitos brancos masculinos, e lançando luz sobre o caráter emancipador que o amor e a raiva podem ter no combate ao ódio às diferenças. Por fim, são argumentadas as pontes possíveis entre a EPC e os fenômenos de gênero e afetos, juntamente na produção cultural e reprodução cotidiana de subjetividades.

PATRIARCADO, CAPITALISMO E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO AFETO

Diversas autoras feministas que buscam, ao longo de décadas, defender a importância da pauta de gênero dentro da crítica capitalista, têm encontrado resistência. Em meios progressistas, a priorização da categoria “classe” costuma ser usada para abarcar, de forma conjunta, as opressões específicas de diversos grupos marginalizados, como resultado de uma mesma estrutura, e que discussões mais direcionadas a essas vivências dispersariam o debate, pulverizando as ações de resistência (ZETKIN, 1925, BENTO, DEPLHY, 2015). Já nos espaços em que os debates de outros grupos subalternizados têm sido admitidos, frequentemente eles assumem um caráter marginal, subordinado ao debate marxista. No caso específico das mulheres, esse debate foi muito relegado ao polo da esfera privada, logo, assumindo uma percepção reduzida, ao que pesquisadoras e ativistas reagiram defendendo a máxima do caráter político da esfera pessoal, e do quanto é necessário equilibrar mais as análises de classe e sexo (RIORDAN, 2002).

Visões clássicas que haviam orientado essa perspectiva unificadora do debate têm se provado insuficientes, como a de que a opressão das mulheres seria naturalmente dissolvida com o estabelecimento do Comunismo (ZETKIN, 1925). Segundo perspectivas de Lênin e Engels, por exemplo, a participação de mulheres na força de trabalho seria a chave para a sua emancipação, mas a sua libertação viria realmente através da revolução proletária, quando a propriedade privada fosse abolida e as mulheres se emancipariam do capital, assim como os homens (HARTMANN, 1979). Essa perspectiva desconsidera, no entanto, que capital e propriedade privada, embora se sustentem na exploração feminina, assim como de outros grupos marginalizados, não são os causadores dessa opressão e, portanto, o fim dessas categorias não a eliminaria, pois não daria conta de suprimir as relações de poder entre homens e mulheres.

Heidi Hartmann (1979) já chamava atenção para o quanto ideologia sexista assumiu uma forma particularmente capitalista, especialmente quando se conforma a estrutura da família

burguesa, em que o trabalho da mulher serve diretamente ao homem, o chefe de família. De tal modo, quem se beneficia com o trabalho não remunerado das mulheres nas esferas privadas não são apenas os capitalistas, mas também os homens que, como maridos e pais, recebem serviços personalizados em casa. O casamento monogâmico heterossexual, portanto, se configura como uma forma bastante eficiente de controle dos homens sobre as mulheres tanto no trabalho e como na sexualidade. Controlar o acesso das mulheres a recursos as coloca numa posição de subserviência, liberando-os de atividades desagradáveis, como de limpeza e cuidados, criação de filhos (HARTMANN, 1979).

Katrine Marçal (2017) reflete sobre o quanto o trabalho executado pelas mulheres, notadamente o trabalho doméstico foi ao longo dos anos ignorado no desenvolvimento de paradigmas teóricos econômicos. Há toda uma economia associada a serviços fundamentais para a liberação dos homens para as atividades ditas produtivas por estarem mais diretamente associadas ao lucro, ou simplesmente, por serem executadas por homens.

Sintomática dessa invisibilização é a afirmação histórica de que as mulheres começaram a trabalhar nos anos 1960, referindo-se às operárias que passaram a assumir posições no mercado e, então, serem pagas por sua mão de obra. A verdade, diz a autora, é que as mulheres não começaram a trabalhar nesta data, apenas o trabalho que sempre foi executado por elas, ainda que considerados fundamentais para a manutenção da engrenagem econômica, não esteve sendo contabilizado no cálculo dessa produtividade. Quando essas trabalhadoras domésticas passam a compor também o mercado formal de trabalho, há uma mudança social e econômica notável, afinal, trata-se de metade da população ativa. Apenas nesse momento o trabalho da mulher passa a ser de fato considerado como tal, muito embora sofra com brutal diferenciação salarial e ocupação de cargos aquém de suas expertises (SAFFIOTI, 1976). Mulheres têm relegadas a si, de forma sistemática e cultural, a tarefa de *cuidar dos outros* e jamais de maximizar o seu próprio ganho. Justificativas associadas à biologia, hormônios ou menstruação identificam seu corpo como sendo oposto à racionalidade, sendo seu trabalho gratuito associado a sua "boa vontade", "dom para o cuidado", "*amor à família*" (MARÇAL, 2017).

Atividades domésticas raramente podem ser acumuladas ou gerar lucro direto. Ao contrário, são cíclicas por natureza e, por serem intermináveis, precisavam ter dedicação constante, algo que por uma pressuposta natureza amável e bondosa, deveria ser executada pelas mulheres. Justamente por estarem encarregadas dessas atividades maçantes, elas costumavam ter o seu desempenho prejudicado no trabalho formal:

Os salários mais baixos das mulheres eram resultado de elas serem menos produtivas, concluíram os economistas. Elas não eram preguiçosas nem menos talentosas, mas simplesmente não era racionam que uma mulher fizesse o mesmo esforço no trabalho que um homem. Afinal, ela tiraria uma licença por alguns

anos para dar a luz. Não havia motivo para estudar mais ou tentar tanto. Assim, as mulheres investiam menos em suas carreiras e, portanto, ganhavam menos (MARÇAL, 2017, p. 41).

Se conforma, então, um efeito cíclico em que, na medida que as mulheres ganhavam menos, a elas ficava delegado o trabalho doméstico e por estarem sobrecarregadas com este trabalho, acabavam sujeitas a ganharem salários menores ou executarem funções menores no mercado formal.

À exploração das mulheres no trabalho doméstico, Christine Dephy (2015) vai dar o nome de “modo de produção familiar” de forma complementar ao “modo de produção industrial”, pois, para ela, se este dá lugar à exploração capitalista, o outro é o lugar da exploração patriarcal. A mulher, ela própria, não possui os meios de produção. Seu nível de vida não depende das relações de produção de classe com os proletários, mas das relações de produção de servidão com seu marido. Se, em tese, ela se casa com um mais rico, poderá ter acesso a uma estrutura de vida melhor e talvez possa contratar ajuda, o que, segundo a autora, leva a corrida para se fazer um *bom casamento*.

Nessa estrutura, ainda, é importante mencionarmos o papel indispensável da indústria cultural na reprodução de valores simbólicos que sustentam o sonho do casamento ideal. O condicionamento dos sujeitos aos desejos de consumo dialoga diretamente com seus desejos e sonhos pessoais (HARVEY, 2012), pressupostos por toda sorte de espetáculo, seus padrões de beleza, amor romântico entre mocinhos nas tramas ficcionais, que após muitos obstáculos, coroam seu “final feliz” com casamento e filhos. Este condicionamento de sujeitos desejosos é colocado por Harvey (2012) como a força motriz da construção de um exército de consumidores e, especificamente, no caso das mulheres, esse condicionamento foi sistematicamente atrelado a busca de um grande amor para casar-se. Na prática, a desvalorização de sua mão de obra e a consolidação de uma estrutura que lhe impunha dependência econômica, o casamento se consolidava como uma espécie de carreira (FEDERICI, 2017).

Historicamente condicionadas às chamadas virtudes femininas, segundo Kolontai (2007), de doçura, submissão e passividade, as mulheres que antes buscavam a aprovação masculina para o casamento, passam a precisar dela para se inserirem no mercado de trabalho, precisando desenvolver características mais fortes e racionais. Alexandra Kolontai (2007) fala do tensionamento vivido pela mulher moderna que, precisando adaptar-se a este cenário, passa a forjar um caráter celibatário, e assim mesmo será socialmente julgada. Isso ocorre por que todos os aspectos que definem o sujeito econômico universal desejável são tradicionalmente atribuídos ao homem, como afirma Katrine Marçal: “a principal característica do homem econômico é que ele não é uma mulher. A economia só tem um sexo. A mulher pode escolher entre tentar ser ele ou ser o seu oposto” (MARÇAL, 2017, p. 173).

SEXUALIDADE REGULADA, GÊNERO E CUIDADOS

A relação entre patriarcado e capitalismo é também apresentada longamente por Silvia Federici (2017), quando localiza a fase de acumulação primitiva e seu impacto na degradação e empobrecimento das mulheres com a privatização das terras, expansão colonial, guerras e crises populacionais do século XV. Nesse contexto, as mulheres proletárias acabaram se tornando tão despossuídas quanto os homens, mas sem acesso a possibilidades de salários, com a sua desvalorização como trabalhadoras, acabaram sendo condicionadas, já naquele momento à pobreza crônica e dependência econômica.

Para além disso, as mulheres tiveram sua sexualidade fortemente regulada por, entre outros motivos, a crise populacional dos séculos XVI e XVII. Isso fez com que o controle aos corpos das mulheres e suas práticas rudimentares contraceptivas, fossem perseguidas por agentes dos governos engajados no aumento populacional (FEDERICI, 2017). Tais regulamentações de comportamentos sexuais se espalharam através de processos de colonização e da perpetuação de modelos de Estado e da cultura cristã, encontrando ecos conservadores e institucionais na atualidade. Entretanto, alguns corpos usufruem de maior exercício de liberdade, enquanto outros sofrem maiores restrições, justamente a partir de seus marcadores de gênero. Para isso, é importante entender que o gênero atribui a um sujeito social uma certa posição dentro das relações com outros sujeitos. "Assim, gênero representa não um indivíduo, e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe" (LAURETIS, 2019, p. 125).

Nas mais diversas sociedades, portanto, em que existe a estrutura de diferenciação sexo-gênero, essas relações estão sistematicamente ligadas a profundas assimetrias e desigualdades. Teresa de Lauretis (2019) nos informa que esse sistema sexo-gênero é tanto sociocultural quanto simbólico, atribuindo a indivíduos inseridos na sociedade toda uma gama *status*, prestígios e valor. Desse modo, a construção do gênero é tanto produto quanto processo de sua representação, pois a representação social do gênero afeta sua construção subjetiva e vice-versa, a sua representação subjetiva afeta sua construção social.

Lauretis (2019) fala em "ideologia de gênero", como uma tecnologia, similarmente ao que Connel e Pearse (2015) vão chamar de "ordem de gênero". Quando se busca colocar gênero como uma categoria de análise válida, considera-se, portanto, que tais pensamentos coletivos, reconhecimentos e reproduções sociais não são aleatórios, uma vez que respondem e formam padrões que fazem sentido quando lidos dentro de arranjos sociais contemporâneos.

O gênero é a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais. De maneira informal, gênero diz respeito

ao jeito com que as sociedades humanas lidam com os corpos humanos e sua continuidade e com as características desse ‘lidar’ para nossas vidas pessoais e nosso destino coletivo. [...] o gênero, como outras estruturas sociais, é multidimensional. Não diz respeito apenas à identidade, nem apenas ao trabalho, nem apenas ao poder, nem apenas à sexualidade, mas a tudo isso ao mesmo tempo. (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 48-49).

De tal maneira, é possível compreender dentro dos termos de uma tecnologia de gênero o contrato social-sexual que historicamente fica estabelecido para as mulheres, desvalorizando os serviços oferecidos por elas, assim como todo o complexo de trabalhos associados a reprodução das novas gerações. É, portanto, parte de uma relação estruturalmente capitalista e patriarcal que o trabalho feminino passou historicamente a ser assimilado como disponível gratuitamente, associado a valores simbólicos de amor: “uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos” (FEDERICI, 2017, p. 191).

Connel e Pearse (2015) discorrem sobre o quanto os trabalhos de cuidados foi associado a uma natureza gentil e dócil “essencialmente” feminina. “Esses tipos de trabalho são frequentemente associados a uma definição cultural das mulheres como pessoas cuidadosas, gentis, diligentes, estando sempre prontas para se sacrificarem pelos outros [...]” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 33). São valores simbólicos compartilhados socialmente, em meios midiáticos, políticos e institucionais, que corroboram para a perpetuação dessas opressões de gênero.

Não sendo uma preocupação masculina, o trabalho dos cuidados, assim como a problemática de sua não-remuneração, pouco é considerado como uma questão válida e mal se destaca em estatísticas econômicas. Françoise Vergès (2020) discorre sobre como o capitalismo neoliberal, embora seja completamente dependente de trabalhos de limpeza e cuidados, o desvaloriza, invisibiliza e torna insalubre para os corpos superexplorados que os executam que, não por acaso, apresentam fortes marcadores de gênero e raça. A tarefa de “limpar o mundo” é fundamental para o funcionamento de todas as agências do capital, do Estado, das instituições financeiras, culturais, artísticas científicas, pois, sem ela, não seria possível ter asseados pisos, banheiros, restaurantes, lojas, supermercados, etc. (VERGÈS, 2020, p. 20). A autora identifica uma economia de esgotamento dos corpos racializados, fortemente marcado também pelo gênero, que sustenta e faz um contraponto ao corpo produtivo e valorizado do sujeito do hetero-patriarcado. Para que este corpo possa prosperar e triunfar nesse sistema há uma engrenagem que se alimenta de vidas supérfluas, a “classe cuidadora”. O trabalho do cuidado seria aquele “cuja finalidade é manter ou aumentar a liberdade de outra pessoa” (GRAEBER, 2018 apud VERGÈS, 2020, p.125).

O sujeito produtivo modelo para o sistema capitalista neoliberal, portanto, é livre para a produtividade à medida que explora corpos de grupos marginalizados, sendo totalmente dependente

das funções de cuidado para poder praticar essa liberdade, seja no lazer ou trabalho remunerado. Esse cuidado, que é exercido essencialmente por mulheres, cujos serviços lhe são muitas vezes oferecidos de forma gratuita, é conformado como uma rede de configurações institucionais e simbólicas, cuja base para negociação, especialmente no âmbito familiar, se sustenta na base dos afetos e do amor. Enquanto aos corpos masculinos são dedicados cuidados e liberdade, sobre a forma de afeto, aos corpos dissidentes desse modelo, muitas vezes é direcionada um forte julgamento e rejeição social, sendo colocados à margem, tratados como objetos dos desejos do primeiro grupo, algo que se agrava quanto mais distante das normatividades de gênero esses corpos são lidos socialmente (CONNEL; PEARSE, 2015).

RAÇA, DECOLONIALIDADE E AFETOS EM REBELDIA

É com na chave do cuidado também que bell hooks (2010) nos lembra o quanto mulheres negras foram socializadas para cuidar dos outros, ignorando suas próprias necessidades. É, conforme já colocado por Vergés (2020), a raça um marcador fundamental para interseccionalizar o debate sobre as opressões de gênero no que se refere a amor, cuidados e afetos. De tal maneira, se discorremos sobre como os processos patriarcais são essenciais para entender a estrutura de opressões capitalistas sobre as mulheres, instrumentalizando seus cuidados como forma de demonstração de amor pela família, é indispensável compreender o agravamento desse debate quando se considera marcadores de raça e colonialidades (hooks, 2010; VERGÉS, 2020; NUÑEZ, 2023). bell hooks (2010) discorre sobre os impactos do histórico escravocrata em grupos racializados, profundamente feridos quando assistem séculos a fio seus filhos, companheiros e amigos sendo vendidos e violentados. Em realidades impostas de extrema pobreza, informa a autora, a sobrevivência passa a ser a regra que exige dureza, confrontação social, fazendo parecer positiva a capacidade de reprimir emoções.

A inferiorização imposta pela colonização, que objetifica e desumaniza, tem seus impactos subjetivos apontados também por Fanon (2008), ao discorrer sobre a tentativa dos colonizados se assemelharem ou serem aprovados dentro do mundo branco. O sujeito desumanizado é forjado como resultado de uma cultura secular de aversão às diferenças, perpetuada pelo pensamento branco, em que diversos grupos são marginalizados, mas que encontram seu lugar na engrenagem do lucro, pois sempre há serviços desagradáveis para serem executados (LORDE, 2019a; VERGÉS, 2020; BENTO, 2002).

Para esses grupos sociais, nos ensina Audre Lorde (2019), outra sorte de afetos é mobilizada, baseada no ódio à diferença causado pelo medo que sujeita o outro à condição de subordinação.

A rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta em uma economia baseada no lucro que precisa de forasteiros como *superávit*. Como membros dessa economia, *todos* nós fomos programados para reagir com medo e ódio às diferenças humanas e a lidar com essas diferenças de determinada maneira, dentre três: ignorá-las e, se isso não for possível, imitá-las se acharmos que são dominantes, ou destruí-las se acharmos que são subordinadas (LORDE, 2019a, p. 240).

A autora segue sua reflexão, discorrendo sobre a necessidade de se dedicar uma vida para dissolver a internalização de valores distorcidos que pessoas dissidentes carregam quando são cronicamente sujeitadas a estruturas sustentadas no racismo, sexismo, heterossexismo e elitismo. Por conta disso, entende-se que aquele/as que não correspondem à norma conseguem identificar com facilidade as práticas de opressão que os atingem, no entanto, dificilmente conseguem identificar quando ele/as mesmos também oprimem. Ela usa o exemplo das mulheres feministas brancas e coloca como o efeito de classe pode causar distorções opressoras. Quando as mulheres brancas ignoram as diferenças, ignoram sua branquitude, considerando sua experiência como universal. O privilégio branco, portanto, acaba sendo escora para mulheres que se veem seduzidas a usufruir de privilégios ao casar-se com homens brancos.

[...] é mais fácil para mulheres brancas acreditar na perigosa fantasia de que se você for suficientemente boa, bonita, doce, calada, se você ensinar seus filhos a se comportar, se você odiar as pessoas certas e se casar com os homens certos, então você terá a permissão para coexistir com o patriarcado em relativa paz, pelo menos até que um homem precise de seu emprego ou apareça um estuprador nas vizinhanças (LORDE, 2019a, p. 244).

Ainda no que se refere a afetos, Audre Lorde (2019b) também vai se dedicar a falar dos usos da raiva como elemento potente de transformação, algo que mulheres foram socializadas a ignorar, mas que ressoa como sentimento legítimo diante da percepção de injustiças sociais e políticas. Não é possível permitir que o medo feminino da raiva, enraizado por nossa educação, nos desvie de identificar e combater seriamente suas causas, pois “nossos oponentes levam muito a sério o ódio que sentem de nós” (LORDE, 2019b, p. 161). No entanto, “Esse ódio e a nossa raiva são muito diferentes. O ódio é a fúria daqueles que não compartilham os nossos objetivos, e a sua finalidade é a morte e a destruição. A raiva é um sofrimento causado pelas distorções entre semelhantes, e a sua finalidade é a mudança” (LORDE, 2019b, p. 161).

Na esteira do uso legítimo da raiva e da necessidade de o povo negro reivindicar o seu direito a amar e viver em uma vida plena (hooks, 2010), é possível identificar também os movimentos decoloniais em torno do questionamento das formas de amar estabelecidas pela cultura cristã

burguesa. Geni Nuñez (2023), por exemplo, mobiliza o conceito de “monocultura dos afetos” para referir-se a valores profundamente assimilados por processo de colonização a partir do qual valores indígenas relacionais foram demonizados em nome da salvação de almas impostas por juízos civilizatórios. A autora faz parte de um movimento decolonial, ou contracolonial, que questiona os próprios valores de posse sobre o corpo que a monogamia burguesa estabeleceu como regra, e institucionalizou como leis, repensando padrões de relacionamento mais livres, baseados na autonomia dos desejos individuais, mas sempre considerando também os coletivos, diferentemente de modelos liberais, por exemplo, como o poliamor (NUÑEZ, 2023). Essas reflexões têm oferecido grande contribuição para se pensar nas violências geradas e nos valores de posse de corpos dissidentes como reflexos da propriedade privada e do padrão familiar capitalista, amparados pelo amor romântico, ainda tão reproduzido pela indústria cultural.

De tal maneira, a autora entende que para além de perspectivas individualistas ou propensas ao egoísmo, há aqui uma proposta de comprometimento solidário, uma vez que a monogamia acaba por alimentar valores de competição e solidão, especialmente para corpos marginalizados.

Essas formações psicossociais historicamente foram construindo dinâmicas relacionais não saudáveis, fortalecidas pela monogamia, misoginia, racismo, transfobia. Nos chantageiam e lucram de muitas formas com nossas crenças nesses sistemas, com o desejo de inclusão que nos impõem (NUÑEZ, 2023, p. 147).

Valores de amor romântico, baseado num tipo de competitividade, portanto, também se retroalimentam de estruturas simbólicas racistas, transfóbicas, gordofóbicas e capacitista, como nuances presentes em processo de aceitação e de rejeição bastante recorrentes para determinados grupos sociais e interferem na forma dos sujeitos se perceberem no mundo. Muitas vezes, diz a autora, a monogamia é vendida no imaginário simbólico coletivo como uma garantia do afeto, o lugar onde as feridas existenciais serão sanadas, haverá descanso e confiança para as nossas ansiedades, uma expectativa que pode ser muito prejudicial do ponto de vista das subjetividades e mesmo da saúde mental. É justamente esse questionamento que os debates da não monogamia política se propõem a fazer dentro da perspectiva decolonial (NUÑEZ, 2023).

EPC, GÊNERO E AFETOS

No âmbito das pesquisas em Comunicação, as reflexões sobre os impactos subjetivos do capitalismo, e de sua orientação ideológica estrutural nas subjetividades de indivíduos, têm sido

desenvolvidas mais nos Estudos Culturais. Essas contribuições, muitas vezes são observadas com críticas pelos autores da Economia Política da Comunicação, por considerá-las pouco consistentes, excessivamente focadas em aspectos substanciais do contexto institucional e estrutural do consumo cultural, identidade e recepção (WASKO, 2006). Por outro lado, Ellen Riordan (2002) explica o quanto pesquisadoras da área de EPC têm há muito tempo falado sobre a necessidade de se complexificar o estudo de aspectos econômicos da mídia e do entretenimento, dentro da lógica das indústrias globais de comunicação, e ficam reticentes por entenderem que esta abordagem que examina a relação entre capitalismo, trabalho e classe raramente dão conta da experiência das mulheres nesse sistema.

Enquanto feministas da sociologia fazem contribuições teorizando como estruturas econômicas afetam as mulheres, as feministas da comunicação tendem a gravitar em temas sobre representação e identidade. Isso pode ocorrer pelo fato de as mulheres não se sentirem confortáveis teorizando questões políticas econômicas, dado sua dificuldade mesmo de se sentirem legitimadas como seres políticos, capazes de participar mais ativamente dessas discussões. Entretanto, a contribuição feminina foi fundamental para identificar a importância do cotidiano das mulheres na esfera privada como político e econômico, consolidando o pessoal como político.

Ellen Riordan (2002) entende que a análise da economia política deve reconhecer a amplitude e o aspecto econômico de objetos de estudo que incluam experiências individuais, ao invés de sempre priorizar análises de nível macro, institucional e estrutural. Se grupos marginalizados não têm contemplados nas pesquisas de comunicação suas opressões cotidianas, exercidas pelo capitalismo e pelo patriarcado sendo, é possível dizer que estas contribuem para sua reprodução. De tal maneira, torna-se cada vez mais inadmissível restringir a Economia Política da Comunicação ao debate de classe, sem repensá-lo numa elasticidade integradora de outras opressões. Por conta disso, o viés oferecido por uma perspectiva feminista da área se propõe a estabelecer uma ponte entre as perspectivas *macro* e *meso*, tal qual as feministas socialistas, e também abrangem o viés mais individual, tal como as estudiosas de estudos culturais, entretanto privilegiando a ligação entre essas camadas e preocupando-se mais com a *práxis* (RIORDAN, 2002). A perspectiva de pesquisadoras da EPC enfoca questões como identidade, subjetividade, desejos, consumo, assim como trabalho e capitalismo através de uma crítica ao gênero, ao viés androcêntrico, denunciando a naturalização do seu uso universal como única forma legítima de conhecimento.

Janet Wasko (2006), defende também a integração da epistemologia feminista para a ampliação do caráter holístico da EPC, integrando também vertentes dedicadas a questões de raça e etnia nos sistemas evolutivos e de informação midiática. Para fazer mais sentido aos fenômenos experimentados por esses grupos sociais, a pesquisa precisa abrir diálogo do macroestrutural

com as afetações do cotidiano, do prático, do que atravessa vivências e subjetividades, individuais e coletivas, de forma sistemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propor-se a novos objetos em diálogo com a dura ciência da Economia Política da Comunicação, especialmente quando seus aspectos ortodoxos parecem criar barreiras intransponíveis para oxigenação de novos vieses, precisa ser mencionado como o maior desafio a se colocar nesse exercício teórico. A pesquisa acadêmica tradicional é pensada para não ser afetada, com o rigor dos métodos institucionalizados, para evitar exposição, abertura. Ler bem teorias, interpretar dentro de avaliações anteriormente feitas, é seguir instruções pré-estabelecidas, pensadas para não ser tão modificadas, pois há um conservadorismo ali.

A reflexão aqui proposta trouxe como mote reflexivo a natureza cíclica do capitalismo, sua dinâmica histórica e sua capacidade de incorporar ideologias opressoras do patriarcado ao criar estruturas familiares baseadas na opressão de gênero. Com sua profunda sensibilidade adaptativa, a lógica acumuladora estabeleceu institucionalmente a propriedade sobre os corpos das mulheres e a exploração gratuita de suas capacidades produtora e reprodutora. Negligenciado como objeto de estudo, o afeto é artifício fundamental para condicionamento subjetivo desses corpos, quando se estabelece como motivador simbólico das relações de opressão, sendo elemento desejável, utilizado como negociador e sedutor, devidamente assimilado e alimentado pelas mensagens midiáticas. Num mercado monogâmico, a disputa pelo amor e a aprovação masculina, torna-se essencial para a conformação do bom casamento, a saída para pessoas dependentes não só economicamente, mas também emocionalmente, já que tem forte marcador de gênero e raça.

No sistema de acumulação, em que a competitividade e mercadorização invade as diversas camadas simbólicas da existência humana, o amor parece se tornar produto de luxo, uma conquista a ser merecida e coroada pelo casamento ideal. Mas o afeto mesmo, na forma de cuidados, tem função mais bem definida. O amor acaba se tornando privilégio dedicado aos sujeitos masculinos produtores de recursos, que usufruem de toda sorte de cuidados e comodidades, reforçando padrões subjetivos de superioridade para escolherem suas parceiras, em disputa por sua atenção, além da liberdade para existirem, produzirem economicamente e academicamente, enquanto exploram seus serviços. É desse lugar que sujeitos cis-hétero-masculinos se sentem confortáveis para inferirem que afetos são objetos menos legítimos de análise acadêmica, que a experiência

não configura conhecimento válido, que a identificação das diversas opressões pulveriza a luta de classes.

Se afeto não fosse relevante, o ódio não seria um dos principais instrumentos discursivos mobilizados para a opressão de minorias e manutenção de estruturas dependentes de sua exploração. Se Audre Lorde (2019 b) nos ensina o poder emancipador dos usos da raiva pelos grupos oprimidos, bell hooks (2010) nos ensina o poder revolucionário do amor, validando-o sim, como fenômeno passível de relevância acadêmica, assim como os pesquisadores decoloniais, que nos denunciam a instrumentalização dos cuidados, a existência de uma economia de corpos exauridos e a necessidade de reivindicar direitos para amar livremente, independente de posse e competitividade (NUÑEZ, 2023; VERGÉS, 2020).

Assim como as pesquisas de gênero e decolonialidades, fenômenos sociais relativos a afetos podem contribuir para ampliação do caráter holístico dos objetos da EPC, consolidando o político na esfera pessoal, em diálogo com o coletivo e estrutural, considerando sua filosofia moral e orientando-se para a transformação social. Exemplos de objetos podem partir do diálogo com estudos de representação, construção de subjetividades para orientação de consumo de produtos culturais, mapeamento e análise das produções independentes, bem como seus discursos, monetização de conteúdos e iniciativas potencialmente subversivas e libertadoras, o viés do trabalho no mercado da comunicação, bem como o da própria pesquisa acadêmica em si.

Cabe, portanto, ao sujeito pesquisador aceitar ou não ser ampliar seus objetos e oxigenar seus referenciais teóricos, escolhas individuais que impactam no coletivo. Tal reflexividade ética implica uma atitude política e sensível de pessoas dedicadas a engajar-se em perceber que experiências narradas por sujeitos participantes das comunidades oprimidas por capitalismo e patriarcado muito dificilmente estarão afastadas de sua afetação cotidiana. Evitar esse debate é continuar a reproduzir análises limitadas, cada vez mais inadequadas à produção de conhecimento coletivo da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA, Sil; GONÇALVES, Marcia M. S.; AIRES, Janaine Aires; SANTOS, Suzy dos; SCHRAMM, Luanda, TORQUATO, Chalini. Nós, as economistas políticas da comunicação: um conto de sub-representações e apagamentos em busca de um final feliz no reino encantado da EPC brasileira. *Revista Eptic*. Vol 22. N 3 set -dez 2020. <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/13922>>

BENTO, Cida. Branqueamento e braquitude no Brasil. In: *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: InVersos, 2015.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº17. Brasília, maio - agosto de 2015, pp. 99-119.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres. In _____. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2019.60p.

HARTMANN, Heidi L, "The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards A More Progressive Union, 3 (1979) *Capital and Class*, pp. 1–33. Disponível em <https://cominsitu.files.wordpress.com/2018/10/women-and-revolution_-a-discussion-of-the-unhappy-marriage-of-marxism-and-feminism-black-rose-books-1981.pdf> acesso em 18 jul 2022.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2012

HOOKS, bell. *Vivendo de Amor*. Portal Geledés, São Paulo, 9 mar. 2010. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>>. Acesso em 08 jan. 2024.

KOLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2007

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In HOLLANDA, H. B (org). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. Pp. 397-409.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In HOLANDA, H.B. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de janeiro: Bazar do tempo, 2019a

_____. Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo. In _____. *Irmã outsider*. Tradução Stephanie Borges. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019b.

LOPES, Ivonete Silva; MELO, Paulo Victor. Raça e racismo nos estudos de economia política da Comunicação: da resistência à construção de uma agenda de pesquisa. In LOPES, Ivonete Silva; ALMEIDA, Verbena Córdula. *Subversão Epistêmica: gênero e raça na economia política da comunicação*. Natal: XeroCa!, 2021.

MARÇAL, Katrine. *O lado invisível da economia: uma visão feminista*. São Paulo: Editora Alaúde, 2017. 215 p.

NUÑEZ, Geni. *Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 187p.

RIORDAN, Ellen. Intersections and New Directions: On Feminism and Political Economy. in: MEEHAN, Eileen R.; RIORDAN, Ellen. (ed.). *Sex and Money: Feminism and Political Economia in the media*. Commerce and Mass Culture Series. University of Minnesota Press, Minneapolis/London, 2002. pp.03-15.

SAFFOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976. 384 p.

TORQUATO, Chalini. Gênero, mídia, subversões normativas e Economia Política da Comunicação: reflexões para uma aproximação teórica decolonial in LOPES, Ivonete Silva; ALMEIDA, Verbena Córdula. *Subversão Epistêmica: gênero e raça na economia política da comunicação*. Natal: Xerocal, 2021.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WASKO, Janet. Estudando a Economia Política dos Media e da Informação. In SOUSA, Helena (org). *Comunicação, economia e poder*. Coleção Comunicação 9. Porto: Porto Editora, 2006. Pp. 29-60.

ZETKIN, Clara. *Lénine e o movimento das mulheres*. Para a História do Socialismo. Documentos. 1925. Disponível em: <www.hist-socialismo.net>. Acesso em 20 ago de 2020.